

**Política linguística
da língua
portuguesa: o que
está a mudar e o
que é preciso mudar**

Isabel Hub Faria*

Frustradas que foram as tentativas para reduzir ao processamento automático a problemática da compreensão e da produção das línguas naturais, assistimos hoje ao ressurgimento de um interesse internacional nas línguas. Um dos alvos imediatos é o de formar, o mais rapidamente possível, seres falantes e intercomunicantes cujo conhecimento linguístico possa constituir uma mais valia na comunicação falada e escrita, globalmente rentabilizada pelo acesso cada vez mais facilitado às grandes redes internacionais de informação, a partir de casa ou dos locais de trabalho.

* DLGR, Laboratório de Psicolinguística.
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

A versão humanista da cultura lingüística prevalecente até à Segunda Guerra Mundial tinha vindo a ser progressivamente substituída, nas últimas décadas, por uma visão computacional. Esta última, por um lado, teve o mérito de lançar para o âmbito da investigação o desafio da natureza universal do conhecimento lingüístico e, por outro, abriu caminho ao estabelecimento de relações interdisciplinares até então nunca entendidas nem tidas como relevantes. Presentemente, dispomos de sistemas relativamente sofisticados de reconhecimento e síntese de língua falada e escrita, as novas tecnologias encontram-se disponíveis no mercado tornando relativamente comuns e já imprescindíveis as interações homem/máquina, mas tal desenvolvimento tecnológico põe, simultaneamente, em foco algumas áreas lacunares no plano da relação entre os humanos. Torna-se agora notória a ausência de meios para assegurar aspectos fundamentais dos direitos dos povos na actual perspectiva globalizante e, para assegurar o seu sucesso no futuro próximo, uma nova perspectiva terá de assumir e assegurar a contrapartida lingüística de uma realidade multi-étnica e multicultural.

Neste novo milénio, o direito à educação de cada cidadão terá, então, de englobar não só o direito ao desenvolvimento do conhecimento da sua língua materna e da sua cultura mas, também, o direito ao conhecimento de outras línguas e culturas da comunidade em que se encontra inserido. Contudo, a definição de comunidade de inserção está cada vez menos dependente de critérios de localização física. E, numa perspectiva globalizante, de base económica, poderemos virtualmente vir a ter, a curto prazo, indivíduos aprendentes das mais diversas línguas, organizando-se em subconjuntos lingüísticos seleccionados por alvos comunicativos específicos do desempenho de tarefas precisas, sendo elas próprias definidoras, a cada instante, das comunidades lingüísticas adequadas.

Ainda nesta perspectiva, é fácil perceber que o critério, para muitos ainda vigente, de que 'saber' línguas é 'falar' muitas línguas, tem necessariamente que dar lugar à consideração de que dispor de estratégias para a compreensão de uma língua, mesmo que não se fale essa língua, é, por si só, uma competência lingüística. Na imprescindível reavaliação do saber lingüístico, é de esperar que o desenvolvimento do cidadão comum se dirija progressivamente para uma maior competência de produção na sua língua materna, a par da aquisição de meios de desenvolvimento do conhecimento explícito que lhe facilitem a compreensão das línguas estrangeiras. O cidadão comum do novo milénio deverá ser um bom falante da sua língua materna e um razoável interpretador de línguas estrangeiras.

A tornar-se real, esta dimensão terá de inverter, de facto e de modo radical, a direcção do investimento e da prática até agora vigentes no ensino das línguas estrangeiras. E tal só poderá ser positivo já que é possível observar que, ao longo de penosos anos de escolaridade, a prática tradicional de ensino das línguas estrangeiras frequentemente produz sujeitos infantilizados pela produção de enunciados alvo cuja eficiência se frustra na primeira tentativa de desembarque comunicativo no contexto dos respectivos falantes nativos.

Por outro lado, uma maior aposta na compreensão, e não na produção, inverte igualmente a tendência de alguns linguistas e de alguns políticos

para tomar as mudanças naturalmente registadas no interior de cada língua como sendo os alicerces para a proclamação de novas línguas naturais. Tal tendência, incidindo sobre línguas como o Português, por exemplo, toma frequentemente estádios de variação e de mudança como indiciadores da neutralização do seu valor intrínseco como variantes da língua natural em que ocorrem. No entanto, na perspectiva do apoio ao desenvolvimento da compreensão, o conhecimento explícito dessas mesmas variantes acaba por dotar o sujeito de estratégias de processamento de informação verbal que permitem acelerar a interpretação. Já numa perspectiva distintiva da produção, as variantes passam a ser tidas pelo sujeito como portadoras de parâmetros básicos de uma 'outra língua' e, enquanto tal, podem constituir uma sobrecarga explícita à tarefa cognitiva de interpretar, criando mais opacidades na aprendizagem e dificultando a produção. Postas estas questões, considero justificado o ponto de partida para que se possa delinear, com vantagens, uma política linguística comum da Língua Portuguesa, tendo em conta as suas variedades.

Mas, antes de avançarmos por esse campo, comecemos por relembrar como se distribui, actualmente, a Língua Portuguesa no espaço mundial.

O espaço da Língua Portuguesa

Na 5ª edição, ainda no prelo, da *Gramática da Língua Portuguesa* de M^a Helena Mateus e colegas, podemos ler o seguinte:

"A individualidade da língua portuguesa começou a desenhar-se no domínio do léxico e pode remeter-se para uma data próxima do século VI. Desde essa época longínqua até finais do século XII, a língua falada no noroeste da Península Ibérica foi-se distanciando das variedades do latim vulgar que lhe eram vizinhas, e adquiriu progressivamente as características fonéticas que nos permitem identificá-la como um estádio anterior da língua portuguesa actual. Data de 1175 o mais antigo documento escrito em português que se conhece: trata-se de uma pequena «Notícia de Fiadores», onde são discriminadas dívidas do fidalgo Paio Soares Romeu. Este documento, recentemente descoberto por Ana Maria Martins [cf. A. M. Martins, "Ainda os 'mais antigos textos escritos em Português'. Documentos de 1175 a 1252" in *Lindley Cintra: Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Cosmos-FLUL, 1999], destrona assim aqueles que até agora têm sido considerados os dois primeiros textos escritos em Português - a «Notícia de Torto» e o «Testamento» de D. Afonso II - que datam do período 1214-1216.

Propagando-se até ao Algarve e, posteriormente, a regiões espalhadas por todos os continentes, a língua portuguesa, em finais do século XVI e durante o século XVII, além de ser falada na América (Brasil), era também utilizada como língua geral do litoral africano e como língua franca (indo-português e malaio-português conforme as regiões) nos portos da Índia e do sudeste da Ásia. Europeus e asiáticos comunicavam em português em extensas regiões da Índia que incluíam Goa, Damão, Diu e Ceilão, em Malaca, nas ilhas de Samatra e Java (antiga Batávia) e na ilha de Timor. No Japão, Tailândia

(antigo Sião) e na China também a língua portuguesa serviu nas relações políticas, comerciais e religiosas.

Actualmente, o Português é a língua nacional de Portugal e do Brasil e língua oficial em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe. Na Ásia, apenas em Macau se conserva oficialmente o Português. O Português é falado também na parte oriental da ilha de Timor. Núcleos importantes de emigrantes mantêm viva a língua portuguesa na América do Norte, na Austrália, em África e em diversos países da Europa.

Espalhado por todos os continentes, o Português, no final do século XX, é falado por cerca de 180 milhões de pessoas e ocupa o quinto lugar entre as línguas mais faladas do mundo.”

A modificação das línguas naturais ao longo do tempo

Um aspecto comum às atitudes tradicionais perante a evolução das línguas e a variação dela resultante é o de traírem juízos de valor. Sobre esta questão, permito-me destacar o nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira [*Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa 1536] que, a par do reconhecimento dos benefícios sociais da observância de uma norma de sentido tradicional, aceita abertamente os traços variantes do uso da língua portuguesa sua contemporânea: “As dições usadas são estas que nos servem a cada porta [...] que todos falam e entendem as quaes são proprias do nosso tempo e terra: e quem não usa delas é desentoado fora do tom e musica dos nossos homens d’agora. (op. cit. pg 38).

A questão principal que nos importa é a de focar, então, aspectos da manutenção da língua portuguesa, a par das evoluções registadas em cada variedade, evoluções que dão lugar a variantes nos diversos módulos da gramática do português, com especial atenção aos usos que nas variedades faladas vão trazendo mudanças sucessivas nos parâmetros por que se rege a língua.

Variação e mudança, no plano lingüístico como, aliás, em todas as representações comportamentais da nossa vida de seres humanos, são vulgarmente alvo de juízos de valor, na sua maioria, negativos. Mas mais difícil do que a modificação dos hábitos parece ser a admissão consciente de que os nossos hábitos, de facto, mudam. É vulgar a consideração da língua como património intocável e inalterável, pesando aí factores de estabilização completamente externos aos usos que dela os falantes fazem. As crenças e as normas ligadas às línguas com escrita e à sua manutenção são tais que, confrontado qualquer falante com a transcrição de um qualquer fragmento do seu discurso oral, logo desenvolve um processo de estranheza relativamente ao que disse e à forma como disse, não se reconhecendo no fragmento produzido, evitando até reconhecê-lo como autêntico ou verdadeiro. Esta consciência que é meta-consciência daquilo que o falante pensa que deveria ser, mais do que aquilo que de facto é, enviesa vulgarmente os juízos de gramaticalidade que muitas vezes se lhes pede que façam sobre os usos que eles próprios fazem da sua língua. Resumindo, cada falante tem da sua língua

materna um conhecimento que lhe permite produzir e interpretar enunciados gramaticais e enunciados desviantes, mas, em função das crenças ligadas aos princípios que pensa regerem o bom funcionamento da língua, muitas vezes nega o que produz e diz não compreender o que, afinal, tem capacidade para interpretar. Mas estes aspectos, por mais paradoxais que pareçam, são afinal condição da manutenção da própria língua e encontram-se subjacentes ao modo como são definidas e adoptadas as variedades nacionais padrão. Todos reconhecemos que sem variedades padrão dificilmente se estabeleceriam os alvos para que devem tender os esforços educativos mas, simultaneamente, suspeitamos que, sem uma constante revisão dos princípios que contribuem para a sua caracterização, corremos o risco de teimarmos em considerar padrão um estádio da língua que há muito passou à história.

Política linguística da língua portuguesa: o que está a mudar e o que é preciso mudar

Isabel Hub Faria

Uma questão de prestígio

Um dos aspectos mais difíceis de caracterizar e contabilizar neste final de século é aquele que, pela sua natureza social, transporta para dentro de uma variedade a noção de 'prestígio'. Como definir prestígio social quando as sociedades se reorganizam fora das classes ou estratos sociais bem demarcados do final do século passado? Como ligar factores tradicionalmente prestigiantes de cada comunidade ou de cada nação a factores transnacionais ou multinacionais que reavaliam a produção material e simbólica a nível mundial? Que fazer dos muitos milhares de novos professores que, com a democratização do ensino, transportaram para os lugares tradicionais de reprodução social das normas padrão as suas variantes menos prestigiadas? Que dizer dos novos locutores que nos variados meios de comunicação social diariamente introduzem e tendem a 'prestigiar' produções até então tidas como desviantes ou inadmissíveis? E os políticos? E os jogadores de futebol? E os cantores com sucesso? E os líderes de opinião nos mais diversos quadrantes da vida comunitária? Serão todos eles simultaneamente desviantes e prestigiantes do ponto de vista da língua? Será o seu grau de desvio 'interiorizável', a curto prazo, na mudança linguística admissível? No limiar do século XXI, como definir 'prestígio' com a duração e estabilidade necessárias a sua padronização, como definir padrão com a rigidez que qualquer normalização recruta? A verdade é que, sem prestígio, ou na impossibilidade de o definir e fixar, de que recursos dispomos para desenhar alvos de produção linguística?

A resposta parece poder ser uma só. Na ausência de definição de prestígio social, deverá caber à Linguística, enquanto ciência, o reconhecimento e estabelecimento dos alvos de produção de cada língua natural e simultaneamente a explicação de que as mudanças registadas no interior de cada língua não são fruto de uma aplicação aleatória de regras. Rita Marquilhas (num artigo publicado em 1996 in ILGeP: 569) faz a seguinte observação a propósito do pensamento linguístico do século XIX e da influência de Darwin que então se fez sentir: "Se não ficara explicado por Grimm qual o código a que pertenciam as mudanças linguísticas tendencialmente regulares, a resposta

parecia agora vir oferecida de bandeja: as línguas não evoluíam pela aplicação aleatória de regras, mudavam em virtude de uma 'lei da selva'; no final de cada mudança triunfava a configuração linguística que fosse mais apta e mais natural".

Apesar do que é hoje possível tomar como conhecimento disponível, as mais variadas forças têm pretendido continuar a contribuir para a adopção de critérios extralingüísticos de 'correção', sendo fácil adivinhar que aquilo que no plano da língua corresponde à sua própria evolução seja, por muitos, ainda encarado como corrupção, afastamento, desdobramento ou castigo, como se o fantasma de Babel espreitasse em todas as esquinas para assaltar a língua e transformasse a variação num conjunto de mecanismos de produção de desentendimento progressivo entre os seus falantes.

Convém, por isso, identificar tais fantasmas e desmascarar os efeitos das suas intervenções. Logo à cabeça vem a questão do 'prestígio internacional'.

Política linguística e políticas

A língua portuguesa é hoje objecto de políticas nacionais e de políticas das comunidades internacionais a que pertencem os diversos países que a têm como língua nacional ou como língua oficial. A chamada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) aparentemente vocacionada para defender os interesses internacionais da língua tem-se revelado pouco interveniente, nomeadamente na colocação do Português como língua oficial das diversas organizações internacionais a que tal conjunto de países pertence. Independentemente disto, a Língua Portuguesa é realmente língua de comunicação entre Portugal, Brasil e todas as ex-colónias portuguesas, nos diversos continentes. E felizmente, na minha opinião, a dita 'lei da selva', nas situações eminentemente cooperantes de interacção entre falantes do Português de todos estes países encolhe as garras para funcionar pelo que uma língua tem como principal função: assegurar a representação verbal de outras representações. Nessas mesmas situações, a redução dos contrastes, a partilha do que é comum ou a negociação e acerto entre idiomáticas servem fundamentalmente o sentido do que se quer comunicar. Aí, com objectivos precisos, todos os desvios tendem a ser interpretáveis. O sentido que esses desvios fazem passa, então, a ter novo sentido.

Nos diferentes contextos nacionais, na sua dimensão de língua materna (L1), a Língua Portuguesa encontra currículos diversos com a mesma finalidade e a didáctica da língua segue os trânsitos locais. Já como língua oficial ou como língua estrangeira a Língua Portuguesa tem encontrado estatutos vários, uma vez que em cada país, ou mesmo em diferentes regiões do mesmo país, cumpre um espaço específico relativamente a outras línguas nacionais maioritariamente representadas e partilha espaços com outras línguas internacionalmente mais influentes, como é o caso do Inglês em Moçambique, ou do Francês na Guiné. Os meios disponíveis para o ensino e desenvolvimento do Português como segunda língua ou língua estrangeira (L2) estão longe de poder comparar-se com o Inglês ou o Francês, línguas

com larga tradição de investimento nesta área e com conhecimento superior das línguas com que estão em contacto.

E, no entanto, no final deste século, o Português é falado por cerca de 200 milhões de pessoas, número que a situa no quinto lugar das línguas mais faladas no mundo. De que serve ao Português este lugar? Como serve o Português este lugar? Em que lugar do *ranking* mundial das línguas faladas se situa o prestígio internacional do Português? Que critérios têm presidido à definição de políticas, no plano internacional? Que tipos de conhecimentos têm influenciado as tomadas de posição sobre o papel da Língua Portuguesa no plano internacional? Que função tem sido dada à Linguística no planeamento das acções e que atenção tem sido dada aos linguistas no aconselhamento das decisões tomadas e a tomar? Com poucos casos conhecidos, é difícil responder. Os dados são praticamente inexistentes. No entanto, novos factos têm vindo a tomar forma, no plano internacional e no interior de cada nação. Passaremos em revista apenas alguns:

Em primeiro lugar, a política de fusão entre comunidades parece ter contribuído para uma aparente mas frequentemente visível confusão internacional entre Português e Castelhana. Desta política, vislumbram-se benefícios e atropelamentos, com esboço de um novo ranking: no somatório de falantes do Português e do Espanhol revela-se um número total de falantes superior ao número de falantes do Inglês.

Um segundo aspecto a focar, tem que ver com aquilo que vou designar de ‘Torre de Babel da Comunidade Europeia’, situação que definitivamente colocou o problema da tradução em igualdade de oportunidades. Nestas últimas décadas de esperança depositada na quimera da tradução automática, a prática no dia a dia acabou por revelar a face real do desconhecimento das línguas: *Servir gato por lebre* (tenha-se como exemplo as traduções miseráveis das instruções de utilização ou de montagem de aparelhos e móveis à venda nos mercados fazendo recurso a uma língua estranha ‘nem Português nem Espanhol’ para cumprimento de recomendações comunitárias para a igualdade de tratamento das línguas.

Tal prática, na ausência de comissões nacionais ou comunitárias com o poder de a regular e restringir, refugia-se no plano perceptivo e superficial da escrita. Mas se, aparentemente, é fácil passar os olhos pelo que mal se compreende, mais difícil se torna interpretar o não se compreende de todo. A uniformização pela admissão de uma prática de tradução com erros acaba por resultar no total desrespeito pela interpretação, pela língua e pela informação que se pretende veicular. No dia a dia, instruções de montagem que não fazem sentido são verdadeiros atentados ao respeito pelo consumidor.

Afinal, o que está a mudar na Língua Portuguesa?

Tudo está a mudar na língua portuguesa. Muda, a pouco e pouco, o espaço do seu uso, já que os países tendem a estar cada vez mais voltados para as comunidades internacionais a que pertencem, quer do ponto de vista físico quer do ponto de vista económico. Mudam as populações. Só para

lembrar dois aspectos: Em Portugal, a população tende a diminuir e uma parte substancial das camadas mais jovens, embora nascidas em Portugal, são descendentes de famílias africanas que, no contexto familiar, muitas vezes conservam as suas línguas de origem. Em contrapartida, na região de Maputo, Moçambique, em grande parte como consequência das deslocações das populações para a capital, durante a longa guerra, cresceu toda uma nova geração de falantes do Português como língua materna, numa percentagem que contrasta substancialmente com a distribuição do Português no resto do país.

A mobilidade no interior das comunidades multinacionais pode levar a um aumento do ensino do Português como L2, em alguns casos mas, noutros, a tendência será para aprender outra L2 internacionalmente mais prestigiada. Dos contactos e da interacção a nível mundial resultam necessariamente a pluralidade, a diversidade e a mudança.

É ainda de destacar um outro aspecto que decorre do crescente desenvolvimento das tecnologias de acesso às auto-estradas da informação. Aí, e ao contrário do fantasma de Babel, começa a transparecer uma abertura a sistemas alternativos de representação onde as línguas naturais são apenas parte constituinte, obviamente mantendo-se o Inglês aí como uma espécie de língua 'franca'. No entanto, tem-se verificado uma abertura que permite, e por vezes exige, uma troca de informação que eu apelaria de translingüística. Na Internet, o prestígio desloca-se da língua usada para a informação que veicula. A forma linguística da produção de informação tende, sempre que possível, a fixar-se em fórmulas de fácil reconhecimento, mais económicas porque mais automáticas. Os meios escritos de comunicação social são, no dia a dia do cidadão comum, francamente substituídos pelos audio-visuais. Grande parte dos serviços que tradicionalmente implicavam interacção entre pessoas é substituída pela interacção pessoa-máquina (multibanco, informações, compras, etc). Em todos estes contextos, a língua passa para um plano menos proeminente: os alvos a atingir situam-se fora das estratégias comunicativas de persuasão para cumprirem preferencialmente actos informativos bem mais directos.

A simultaneidade de tantos e de tão diferentes estados de coisas faz esperar uma pluralidade de produção cada vez mais diversa. Mais uma vez, parece-me urgente incluir na ordem do dia uma aposta real no treino da compreensão e, assumidamente, na compreensão da diversidade.

Gramáticas particulares e processamento de parâmetros

A existência sincrónica de variantes no interior de uma dada comunidade linguística é um indício de mudanças em curso. Nas últimas décadas, tem-se acentuado a ideia de que a mudança nas gramáticas particulares está condicionada a princípios gerais comuns às gramáticas (Lightfoot), pelo que as mudanças registadas ao longo do tempo não só revelam aspectos importantes da teoria da gramática como podem ser verificadas tanto ao longo da história das línguas como ao longo do processo de aquisição

e desenvolvimento da linguagem de qualquer falante ao adquirir a sua língua materna (Slobin). Afinal, tal como a escolha dos valores dos parâmetros é feita pela criança ao longo do processo de aquisição da linguagem, com base no *input* linguístico constituído pelos enunciados que os falantes à sua volta produzem, também cada geração de falantes pode manter, reajustar ou alterar as propriedades do *input* linguístico que recebe das gerações anteriores (Labov).

Todos reconhecemos que é possível distinguir-se fases no processo de alteração da gramática. Segundo Roberts (1993), numa primeira fase, certas construções começam por ser menos frequentemente usadas (fase dos passos, *steps*); numa segunda fase, o uso das construções é tão significativamente reduzido que a sua interpretação começa a ser diferente para os falantes (fase de reanálise); numa terceira fase, assiste-se a uma mudança nos parâmetros, passando tais estruturas a ser interpretadas como agramaticais (fase de mudança paramétrica).

Contudo, para que se possa afirmar que uma dada alteração está na primeira, na segunda ou na terceira fase é necessário todo um suporte empírico que só o trabalho minucioso e profundo sobre *corpora* diacrónico e sincrónico pode ajudar a definir. Grandes bases de dados (orais e escritos) têm vindo a ser construídas, nas últimas décadas, em Portugal, no Brasil e agora, também, em Moçambique. Uma medida importante de política linguística da Língua Portuguesa seria pôr em comum esses dados, uniformizando e regulamentando o seu uso pela comunidade científica internacional. Estaríamos aí a contribuir para a construção de um meio de valor inegável, creio que suficientemente credível e poderoso para pôr em causa muita da informação que a todo o tempo encontramos em artigos ditos de apresentação e descrição do Português.

Alguns aspectos da observação das mudanças registadas ou em curso quer no Português Europeu, no Português Brasileiro e no Português de Moçambique têm vindo a revelar alterações significativas a nível da sintaxe da língua, mas é de ter em conta, igualmente, a variação registada em todos os restantes módulos da gramática. Aliás, assinalando-se o início do processo de mudança a partir da variação da frequência de uso e na percepção do *input* oral, é de admitir que os padrões silábicos de cada variedade, os padrões entoacionais, o ritmo, a própria velocidade média da produção oral pelos falantes, i.e., toda a produção acústica da fala, joguem um papel primordial na forma como tal *input* é percebido. O mesmo, salvaguardadas as devidas diferenças, se passará com a exposição ao *input* escrito.

Vários têm sido os linguistas que nos últimos anos se têm dedicado ao estudo contrastivo das variedades do Português, ou ao aprofundamento do conhecimento científico de cada variedade. Os projectos internacionais de cooperação entre países de língua portuguesa começam a tomar forma e a apresentar resultados interessantes que certamente contribuirão para um conhecimento mais profundo e disponibilizarão dados que, a seu tempo, poderão vir a ser utilizados no ensino do Português.

Dispõe-se, actualmente, de diversos estudos que focam a variação e mudança em diversas áreas, nomeadamente a nível dos padrões silábicos (redução vocálica e elisão no PE conduzindo a variação no número e no tipo

de intervalos consonânticos; epêntese vocálica no PB contribuindo para a maior estabilidade dos intervalos consonânticos e vocálicos), dos parâmetros sintácticos com expressão na realização lexical de posições argumentais, na colocação dos clíticos, na ordem dos constituintes, nas construções (relativas, interrogativas, causativas, por exemplo), na estrutura argumental dos verbos e, a outros níveis, mas sem dúvida de grande importância, no uso e legitimidade pragmático-situacional e, obviamente, na escrita.

No entanto, tem faltado à maioria destes trabalhos, critérios estatísticos de frequência associados à análise das variantes. Tal perspectiva, eminentemente apoiada na psicolinguística, só agora começa a tomar forma.

Apesar de ser rara e de difícil acesso, só a informação criteriosa sobre a distribuição ou frequência dos factores sob observação no interior de cada variedade, só a recolha rigorosa, armazenamento, tratamento e comparação de grandes bases de dados poderão vir a fornecer a tal plataforma empírica sólida que permita avaliar se o que está em variação na Língua Portuguesa se encontra em fase inicial, em fase de reanálise ou em fase de mudança paramétrica, para seguir a proposta de Roberts. Tais meios encontram-se em fase de planeamento, nomeadamente no âmbito da Associação Internacional de Linguística do Português, associação recentemente formada que tem, entre os seus objectivos, a constituição de três projectos permanentes: a constituição de uma Base de Dados Internacional do Português, a organização de um Banco de Referências Bibliográficas sobre o Português e, ainda, a constituição de um grupo de discussão de aspectos ligados ao ensino do Português.

Medidas de Política Linguística da Língua Portuguesa

Urge tomar medidas que permitam esboçar uma política de língua que contribua para tornar mundialmente visível o espaço, a importância e a particularidade da Língua Portuguesa. Nesse sentido, apresentamos algumas sugestões que nos parecem susceptíveis de realização, caso, é claro, haja vontade política e alguns meios materiais e humanos para a sua execução.

Um primeiro tipo de medidas deveria ter como alvo principal *criar uma perspectiva globalizante da Língua Portuguesa*, com salvaguarda das identidades e especificidades culturais. Poder-se-ia, por exemplo, caminhar no sentido de:

1. Criação e disponibilização internacional, via Internet, de Corpora do Português. Para este fim, haveria que juntar esforços para a criação de uma *Base de Dados Internacional do Português* que reúna trabalho já existente relativo ao Português Europeu, ao Português Brasileiro e ao Português de Moçambique. Este objectivo consta de um projecto de base da Associação Internacional de Linguística do Português (AILP) e será, logo que possível, prosseguido.
2. Criação e disponibilização, via Internet, de um *Banco de Referências Bibliográficas sobre o Português*. Este objectivo consta, igualmente, de um projecto de base da AILP.
3. Implementação de campanhas conjuntas de marketing, de modo a disseminar a ideia de que *“É BOM FALAR PORTUGUÊS”*. Tais

campanhas teriam vantagens em associar-se a iniciativas paralelas de natureza cultural do tipo “*É bom cantar português*”, “*É bom escrever Português*”, etc.

4. Criação de *redes de distribuição das publicações*, a preços comportáveis, entre os países de LP.
5. Identificação e estabelecimento de *redes* profissionais, científicas e de organizações não governamentais).
6. Facilitação do *intercâmbio* de alunos, professores, escritores, investigadores, nos países de LP.
7. Planeamento por objectivos e abertura de *programas de investigação comuns aos países de LP* (equipas multinacionais; investigação básica, teórica, experimental e aplicada).
8. Alargamento e desburocratização do *apoio institucional à edição* em e sobre o Português.

Um segundo tipo de medidas tem que ver com o estabelecimento de meios de cooperação entre Portugal e o Brasil para a definição de uma *política de ensino da Língua Portuguesa enquanto língua estrangeira (L2)*. Tal envolveria, por exemplo:

1. A constituição oficial de uma Comissão Internacional para o Desenvolvimento e Ensino do Português.
2. A promoção do plurilinguismo e do multiculturalismo, com reforço do conhecimento das variedades nacionais do Português.
3. A adopção de objectivos transparentes relativamente ao ensino do Português como língua estrangeira, nomeadamente na identificação e aplicação de conteúdos, métodos e formas de avaliação.
4. O desenvolvimento planeado de investigação científica de base conducente à identificação de estratégias e treino de parâmetros de percepção e compreensão entre as variedades do Português.
5. A aplicação de um princípio de salvaguarda da exposição ao *input* oral e escrito das diversas línguas, com especial relevância das faladas nas comunidades vizinhas ou de maior contacto com o Português.
6. O estabelecimento de critérios e regulamentação no que toca a qualidade e uso da tradução, da dobragem e da legendagem.
7. A defesa da abertura dos mercados, sob condição de compreensão plurilingue.
8. A promoção da educação para a orientação profissional nas línguas dos países de acolhimento; formação profissional em Português para quem deseje vir a trabalhar nos países de língua portuguesa.